

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 04.881.791/0001-67
Belo Horizonte - MG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

sitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Visa esclarecer e reforçar que, nas Demonstrações Financeiras e nas respectivas notas explicativas, sejam divulgadas apenas informações relevantes que auxiliem os usuários, considerando as normatizações já existentes, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo CPC deixem de ser atendidos.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros e b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" para alguns instrumentos de dívida simples.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e o CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado era reconhecido no resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

Na data destas Demonstrações Financeiras não são esperados impactos relevantes na adoção destes pronunciamentos.

2.6. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desonhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e títulos mantidos até o vencimento.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem Caixa e Equivalentes de Caixa e Clientes.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Investimentos mantidos até o vencimento - Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que o Companhia possui a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros não derivativos - Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo.

b) Clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

A Companhia efetua análise individual dos saldos em atraso a fim de avaliar a necessidade de reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

c) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos os custos de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, que refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 6 das Demonstrações Financeiras.

d) Redução ao valor recuperável

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não-financeiros - Os ativos sujeitos a depreciação são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não-financeiros.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente, de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

g) Receita

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, no sucesso da implantação dos empreendimentos e quando há a transferência dos riscos e benefícios dos serviços prestados.

h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

i) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível ao acionista controlador da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Bancos Conta Movimento.....	113	448
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	726	525
Overnight.....	171	253
	1.010	1.226

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário - CDB pós-fixados e são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 75% a 100%, conforme operação).

As operações de *overnight* que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com carência para resgate acima de 90 dias.

	2014	2013
Certificados de depósitos bancários.....	721	168
Letras Financeiras Bancos	1.819	659
Letras Financeiras do Tesouro	272	42
Debêntures	320	189
Outros.....	40	28
	3.172	1.086
Circulante	3.119	986
Não Circulante.....	53	100

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 105% conforme operação.

5. CLIENTES

	2014	2013
Clientes	7.747	9.667
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.954)	(3.309)
Saldo Clientes	1.793	6.358

A Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para absorver eventuais perdas na realização do contas a receber. A Companhia busca judicialmente a recuperação dos valores vencidos para os quais foram constituídas as provisões para perdas.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	2014	2013
Saldo no início do exercício	3.309	-
Constituições (Reversões).....	2.645	3.309
Baixas.....	-	-
Saldo no final do exercício	5.954	3.309

6. IMOBILIZADO

	2014			2013		
	Taxa média de depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Taxa média de depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada
Em Serviço.....		453	(424)		452	(417)
Máquinas e Equipamentos	6,15	347	(320)	-	346	(314)
Móveis Utensílios	5,85	106	(104)	6,24	106	(103)
Em Curso	-	14	-	-	11	-
Imobilizado Líquido.....	-	467	(424)	-	463	(417)

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Saldo em 2013	Adições	Depreciação	Saldo em 2014
Imobilizado em Serviço.....	35	-	(6)	29
Máquinas e Equipamentos	32	-	(5)	27
Móveis Utensílios	3	-	(1)	2
Imobilizado em Curso.....	11	3	-	14
Saldo em 31 de dezembro	46	3	(6)	43

Os Ativos Imobilizados são depreciados pelo método linear por taxas que refletem a vida útil dos bens. A taxa média de depreciação anual, no exercício de 2014, foi de 6,14%.

7. INTANGÍVEL

O ativo intangível refere-se ao direito de uso de software, que está reconhecido pelo custo histórico, não amortizado, no valor de R\$123 em 2014 e 2013.

Não ocorreu movimentação do ativo intangível em 2014.

8. FORNECEDORES

	2014	2013
Materiais e Serviços.....	61	46

9. PROVISÕES

A Companhia não possui processos envolvendo riscos ambientais, trabalhistas, tributários e cíveis em 31 de dezembro de 2014 e não constituiu qualquer provisão para contingências.

10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, taxas e contribuições a recolher

	2014	2013
Circulante		
ISSQN.....	72	65
Outros.....	113	93
Total do Circulante	185	158
Não Circulante		
Outros.....	103	191
Total do Não Circulante.....	103	191
Total.....	288	349

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2014	2013
Circulante		
Imposto de Renda	95	224
Contribuição Social	45	76
Total do Circulante	140	300
Não Circulante		
Imposto de Renda	33	10
Contribuição Social	11	4
Total do Não Circulante.....	44	14

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2014 o Capital Social era de R\$6.052, representado por 6.051.944 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG. A Companhia incorreu em prejuízo de R\$2.328 no exercício de 2014 (R\$9 no exercício de 2013).

A Diretoria Executiva deliberou propor a Assembleia Geral Ordinária - AGO em 30 de Abril de 2015 que parte do prejuízo líquido do exercício de 2014, no montante de R\$1.201, seja absorvido com o saldo da Reserva Legal, conforme artigo 189, parágrafo único da Lei 6.404/76.

12. RECEITA

	2014	2013
Faturamento Bruto de serviços	7.069	9.809
Deduções à Receita	(415)	(597)
Total.....	6.654	9.212

13. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Pessoal.....	4.042	3.488
Participação dos Empregados no Resultado	880	699
Materiais	24	18
Serviços de Terceiros	360	455
Depreciação e Amortização	6	21
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.645	3.309
Outras.....	167	395
	8.124	8.385

a) Serviços de Terceiros

	2014	2013
Comunicação.....	22	20
Mão de Obra Contratada.....	-	221
Fretes e Passagens.....	87	42
Hospedagem e Alimentação.....	27	32
Publicações Legais.....	42	38
Serviços Advocatícios.....	-	45
Consultoria.....	99	12
Taxa de Inscrição - Cursos Externos.....	34	17
Outros.....	49	28
	360	455

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2014	2013
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	364	289
Varição Monetária.....	-	139
Outras Receitas Financeiras.....	89	5
Total de Receitas Financeiras.....	453	433

Despesas Financeiras

Outras despesas financeiras	(179)	(79)
Total de Despesas Financeiras	(179)	(79)
Resultado Financeiro	274	354